

Realização:



REGULAÇÃO DO SANEAMENTO RURAL

Autores:

Franciele Grings dos Santos Emanuele Baifus Manke Natália Müller Schierholt Vagner Gerhardt Mâncio Demetrius Jung Gonzalez Vinicius De Oliveira Niary





Realização:



Municipais de Saneamento

AGESAN-RS

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do **Rio Grande do Sul**

EXCLUSIVAMENTE SANEAMENTO MUNICÍPIOS ABASTECIMENTO DE ÁGUA

> ESGOTAMENTO SANITÁRIO

RESÍDUOS SÓLIDOS

DRENAGEM URBANA

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PRESTADORAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

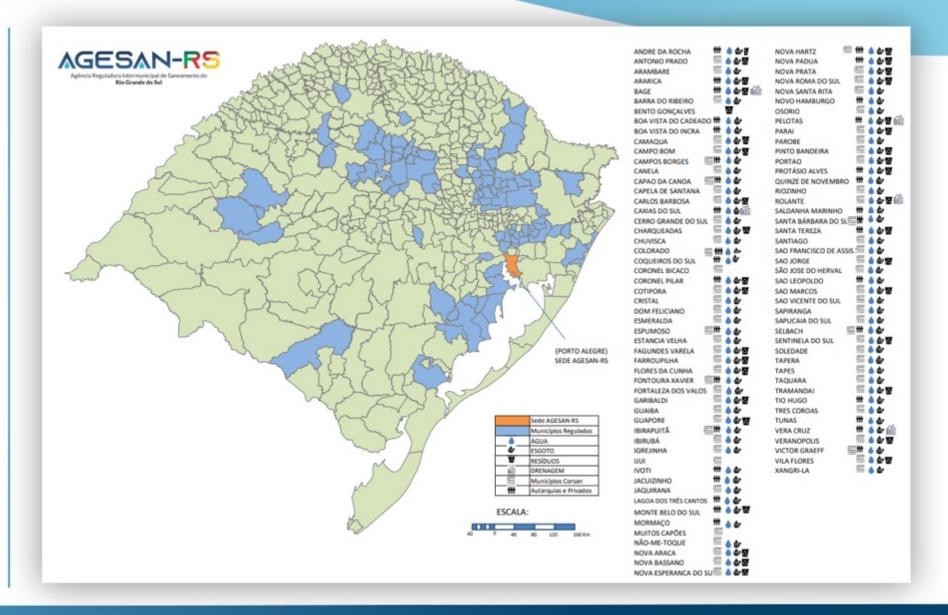




RIBEIRÃO PRETO - SÃO PAULO

Realização:

Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento





Realização



Objetivo

Apresentar a visão regulatória do saneamento rural no contexto da Agesan-RS

- Planos Municipais de Saneamento
- Discussão de instrumentos de normatização
- Possibilidades de infraestrutura rural



Realização



Material e métodos

Design Science Research - DSR

- Deriva das práticas relativas ao conceito de design
- Propor alterações em um determinado sistema buscando melhorias
- Desenvolvimento de produtos ou artefatos não existentes utilizando o conhecimento como fundamento dessa construção



Realização:



Resultados e discussão

Município	Possui PMSB?	Ano do PMSB	Município	Possui PMSB?	Ano do PMSB	Município	Possui PMSB?	Ano do PMSB
André da Rocha	Sim	Lei 15.795	Fagundes Varela	Sim	2022	Protásio Alves	Sim	2022
Antônio Prado	Sim	Lei 15.795	Farroupilha	Sim	2014	Riozinho	Sim	2019
Arambaré	Sim	2017	Flores da Cunha	Sim	2014	Rolante	Sim	2019
Araricá	Sim	2014	Garibaldi	Sim	2012	Santa Tereza	Sim	Lei 15.795
Bagé	Não	Lei 15.795	Guaíba	Sim	2014	Santiago	Sim	Lei 15.795
Barra do Ribeiro	Sim	2012	Guaporé	Sim	2017	São Francisco de Assis	Sim	2013
Bento Gonçalves	Sim	2009	Igrejinha	Sim	2014	São Jorge	Sim	2015
Camaquã	Sim	Lei 15.795	Ivoti	Sim	2019	São Leopoldo	Sim	2015
Campo Bom	Sim	2014	Jaquirana	Sim	2019	São Marcos	Sim	2019
Canela	Sim	2014	Monte Belo do Sul	Sim	Lei 15.795	São Vicente do Sul	Sim	2019
Capão da Canoa	Sim	2016	Nova Araçá	Sim	2013	Sapiranga	Sim	2014
Capela de Santana	Sim	2017	Nova Bassano	Sim	2019	Sapucaia do Sul	Sim	2018
Carlos Barbosa	Sim	2020	Nova Esperança do Sul	Sim	Lei 15.795	Sentinela do Sul	Sim	Lei 15.795
Caxias do Sul	Sim	2017	Nova Hartz	Sim	2019	Tapes	Sim	2012
Cerro Grande do Sul	Não	Lei 15.795	Nova Pádua	Sim	Lei 15.795	Taquara	Sim	2018
Charqueadas	Sim	2020	Nova Prata	Sim	2014	Tramandaí	Sim	Lei 15.795
Chuvisca	Sim	2021	Nova Roma do Sul	Sim	2012	Três Coroas	Sim	2014
Coronel Pilar	Sim	2019	Nova Santa Rita	Sim	2014	Vera Cruz	Sim	2018
Cotiporã	Sim	2018	Novo Hamburgo	Sim	2022	Veranópolis	Sim	2009
Cristal	Sim	2011	Osório	Sim	Lei 15.795	Viamão	Sim	Lei 15.795
Esmeralda	Sim	2021	Paraí	Sim	2013	Vila Flores	Sim	Lei 15.795
Estância Velha	Sim	2014	Parobé	Sim	2016	Xangri-lá	Sim	2014
			Pinto Bandeira	Não	Lei 15.795			



Realização



Resultados e discussão

- É um compromisso contínuo, com alocação de recursos, capacitação técnica, monitoramento constante e avaliação dos resultados com a supervisão do Regulador.
- Contribui para a captação de recursos financeiros e para a implementação de políticas públicas voltadas ao rural.
- Estabelece mecanismos de participação social
- Órgão Regulador com a responsabilidade de supervisionar o cumprimento das diretrizes pelas prestadoras, fiscalizando a qualidade dos serviços oferecidos
- Atendimento da Lei nº 11.445, seguindo as diretrizes estabelecidas e de acordo com os padrões de qualidade e eficiência estabelecidos



Realização:



Resultados e discussão





Realização



Conclusões

A regulação para as áreas urbanas e rural pode ser desenvolvida pela mesma agência.

- Desenvolver escopos diferentes, sendo a área rural atendida por meio de programas e contratos específicos que busquem soluções coletivas que respeitem as particularidades do meio rural.
- Necessário articulação jurídica, técnica e econômico para cada município.
- É fundamental que os municípios assumam o compromisso de elaborar e implementar o PMSR, trabalhando em conjunto com a comunidade, o órgão regulador, os órgãos governamentais e as entidades envolvidas.



Realização:





Para alcançar a universalização dos serviços de saneamento básico, é necessário expandir as ações voltadas ao meio rural no país, ampliando a regulação de qualidade.

Com o uso de dispositivos que possam superar os desafios impostos pelo meio rural, como a dispersão geográfica e a baixa densidade populacional, condições socioeconômicas desfavoráveis e a necessidade de tecnologias adaptadas a esses territórios.



Realização



Referências

SILVA, Bárbarah Brenda et al. Programa Nacional de Saneamento Rural PNSR: Processos Participativos. SÉRIE MEMÓRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL;, 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Artigo. Revista Sociologias. Ano 8, nº 16, jul-Dez/2006. Pp 20-45.

TUROLLA, F. A. Política de saneamento básico: avanços recentes e opções futuras de políticas públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 29p., 2002

VILAR, PAG. Programa Nacional de Saneamento Rural. SEMINÁRIO FRANCO-BRASILEIRO SOBRE SAÚDE AMBIENTAL, v. 1, 2011



Realização:



FRANCIELE GRINGS DOS SANTOS

Diretora de Administração e Finanças

Advogada
Especialista em Gestão Ambiental com Ênfase
em Saneamento Básico

Mestranda em Desenvolvimento Rural

diretoriaadministrativa@agesan-rs.com.br (51) 99785 6418

AGESAN-RS

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul

SOS RIO GRANDE DO SUL



Leia o QR Code

Ajude doando qualquer valor

Chave PIX (CNPJ): 92.958.800/0001-38 | Instituição: Banrisul

AGESAN-RS